

Ana Cláudia Ruy Cardia Atchabahian

Transterritorialidade

Uma Teoria de Responsabilização
de Empresas por Violações aos
Direitos Humanos

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Ana Cláudia Ruy Cardia Atchabahian

Categoria: Direito Internacional Comunitário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A863t

Atchabahian, Ana Cláudia Ruy Cardia

Transterritorialidade : uma teoria de responsabilização de empresas
por violações aos direitos humanos / Ana Cláudia Ruy Cardia Atcha-
bahian. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

264 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 183-239.

ISBN 978-65-5510-238-3

1. Direito internacional privado. 2. Direito internacional público.
3. Direitos humanos. 4. Responsabilidade (Direito) - Brasil. 5. Empresa.
I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
1. Inseguranças na Sociedade Internacional de Consumo e a Evolução, no Direito Internacional, dos Direitos Humanos e Empresas	9
1.1 Inseguranças em uma sociedade global de consumo	12
1.1.1 Os novos sujeitos e atores da sociedade internacional e as influências alheias ao conceito clássico de Direito Internacional.....	13
1.1.2 A atuação das empresas transnacionais neste novo contexto e seu papel na potencialização de violações aos direitos humanos.....	16
1.2 A concepção da tríade ‘prevenir, respeitar e reparar’ e as negociações para a elaboração de um tratado sobre Direitos Humanos e Empresas	23
2. A Vertente da Responsabilização Judicial de Empresas por Violações aos Direitos Humanos	41
2.1 Reparação como a ultima ratio de uma sociedade de consumidores.....	42
2.2 A responsabilização e a discussão sobre o ativismo judicial versus o acesso à justiça	44
2.3 A responsabilização judicial de empresas no plano internacional	50
2.3.1 O terceiro pilar dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos	50
2.3.2 Considerações sobre a responsabilização judicial de empresas no tratado em negociação na ONU.....	55
2.3.3 A responsabilização corporativa sob a ótica da adjudicação internacional de Direitos Humanos	61

3. Modelos Nacionais de Responsabilização Judicial de Empresas por Violações aos Direitos Humanos no Desenvolvimento de Atividades Transnacionais	79
3.1 A responsabilização de empresas sob a ótica dos planos nacionais de ação sobre Empresas e Direitos Humanos	80
3.2 Modelos normativos dos contextos norte-americano, britânico, australiano e europeu.....	98
4. Uma Nova Teoria para a Responsabilização Judicial de Empresas por Violações aos Direitos Humanos: a Transterritorialidade	117
4.1 Extraterritorialidade: uma possibilidade de solução?	117
4.2 A insuficiência do conceito de extraterritorialidade para a responsabilização de empresas por violações aos Direitos Humanos.....	124
4.3 Concepções sobre o tema e bases metodológicas: fragmentação do direito internacional, constitucionalismo societal, transconstitucionalismo e governança transversal dos direitos fundamentais em uma sociedade com normas globais.....	126
4.3.1 Fragmentação do direito internacional	126
4.3.2 Constitucionalismo societal.....	132
4.3.3 Transconstitucionalismo.....	134
4.3.4 Governança transversal dos direitos fundamentais e os estágios de desenvolvimento das normas globais.....	138
5. Definição e Aplicabilidade da Transterritorialidade nos Estados	145
5.1 A transterritorialidade como potencial apaziguadora da insegurança de uma sociedade mundial de consumidores	145

5.1.1 O Direito Internacional Privado e o Direito Internacional Público na revisão de normas de jurisdição e na unidade heterárquica das normas globais para a aplicação da transterritorialidade	155
5.1.1.1 O direito internacional privado e a transterritorialidade...	156
5.1.1.2 A transterritorialidade sob a ótica do Direito Internacional Público	164
5.2 O possível desenvolvimento da transterritorialidade nos Estados	168
Conclusão	177
Referências	183